

## MEMÓRIAS EM DISPUTA NA COBERTURA DO CASO SNOWDEN A REINVENÇÃO DA AUTORIDADE JORNALÍSTICA NA ERA DIGITAL

### DISPUTED MEMORIES IN SNOWDEN CASE COVERAGE

### REINVENTING JOURNALISTIC AUTHORITY IN THE DIGITAL AGE

**ANA PAULA GOULART RIBEIRO**

Formada em jornalismo pela Universidade Federal Fluminense (1990), tendo também cursado história na mesma instituição. Fez mestrado (1995) e doutorado (2000) em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Escola de Comunicação da UFRJ e coordenadora do Programa de Pós-Graduação. Suas áreas de interesse e pesquisa são mídia, memória e história dos meios de comunicação. Atualmente, desenvolve as pesquisas "Imprensa e Mercado no Brasil: de 1945 aos anos 2000" e "História da Mídia e Itinerância das Imagens". Coordena o projeto "Memória do Jornalismo Brasileiro". Brasil.

**RACHEL BERTOL**

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016). Realizou Doutorado Sanduíche na Universidade de Princeton, nos EUA, entre setembro de 2014 e fevereiro de 2015. Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional (2015-2016), integrando o Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (Pnap), e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (Nepcom-UFRJ), atuando no projeto Memória do Jornalismo Brasileiro, sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Goulart Ribeiro. Possui graduação em Comunicação Social (jornalismo) pela UFRJ (1993) e Mestrado em Comunicação e Cultura pela mesma universidade (2003). Brasil.

**Edição v.35  
número 3 / 2016-17**

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), v. 35, n. 3  
dez/2016-mar/2017

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

**AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:**

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BERTOL, Rachel. Memórias em disputa na cobertura do caso Snowden. A reinvenção da autoridade jornalística na era digital. Contracampo, Niterói, v. 35, n. 03, dez. 2016/ mar. 2017.

**Enviado em 10 de setembro de 2015 / Aceito em: 14 de dezembro de 2016.**

**DOI: <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i3.852>**

## Resumo

A cobertura jornalística do caso Snowden, que vazou documentos revelando a espionagem realizada pelo governo americano, é analisada neste trabalho a partir do conceito de incidente crítico (estabelecido por Zelizer), para a reconfiguração da autoridade jornalística. A partir do confronto de narrativas de memória, os jornalistas renegociam sua autoridade e estabelecem visões dominantes da história. O caso propiciou a formação de uma "comunidade interpretativa" que recriou um ideal profissional mesclando antigos paradigmas com elementos novos das práticas nas mídias digitais. A memória, especialmente em sua dimensão coletiva, é analisada a partir de conceitos sobre arquivamento, fragmentação e globalização. O caso mostra que as conexões entre memória e jornalismo adquiriram novos significados em relação ao que se estabeleceu na Modernidade.

### Palavras-chave

autoridade coletiva;      jornalística; Edward Snowden;      memória Snowden

## Abstract

The press coverage of Snowden's leaking of classified documents about the done by the US government espionage is analyzed in this work as a "critical incident", a concept (as established by Zelizer) for the reconfiguration of journalistic authority. The event has inspired different retellings by the journalists involved through which they renegotiated their authority and dominant versions of the story itself. The case led to the creation of an "interpretive community" which reinvented a professional ideal mixing old paradigms with new elements belonging to the practices of digital media. Memory, especially in its collective dimension, is analyzed from concepts of archiving, fragmentation and globalization. The case shows that memory connections with journalism have acquired new meanings in relation to what was established in Modernity.

### Keywords

journalistic memory;      authority; Edward Snowden;      collective Snowden

## After Snowden: introdução

O caso Edward Snowden, que vazou para a imprensa em 2013 documentos confidenciais sobre a espionagem realizada pelos Estados Unidos, é analisado neste artigo a partir do conceito de “incidente crítico” desenvolvido pela teórica americana Barbie Zelizer (1992). Trata-se de incidente que propicia aos jornalistas acessar e renegociar o significado de sua atividade, enquanto comunidade interpretativa, na medida em que buscam se afirmar como voz privilegiada sobre o caso. Pelo confronto entre diferentes narrativas de memória, o incidente crítico leva à reconfiguração da autoridade jornalística, redefinindo parâmetros da prática da profissão. Desse modo, observa-se a performance da mídia na contemporaneidade para a conformação de versões memoráveis do passado.

Dois anos depois de o caso vir à tona – a primeira reportagem foi publicada em 5 de junho de 2013 pelo jornal britânico *The Guardian* – diferentes livros e o documentário *Citizenfour*, dirigido pela americana Laura Poitras, premiado em 2015 com o Oscar, formam uma ampla coleção de narrativas a respeito. O próprio Snowden, embora radicado em Moscou, costuma participar de debates pela internet, como no lançamento em março de 2015 o Snowden Surveillance Archive<sup>1</sup> no Canadá. São ocasiões em que relembra o acontecimento e reitera os significados de sua decisão de tornar públicos os documentos da Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês). A demanda por sua presença, mesmo que virtual, indica o quanto sua versão é valorizada, certamente em detrimento de outras.

O arquivo foi criado pela organização não governamental Canadian Journalists for Free Expression (CJFE). Reúne todos os documentos (cerca de 400) já publicados por veículos de comunicação do conjunto passado por Snowden à imprensa. Também foram postas no site centenas de reportagens sobre as ações de espionagem.

O fato de o Snowden Archive ser realizado por uma organização

<sup>1</sup> <http://snowdenarchive.cjfe.org> e <http://cjfe.org/blog/snowden-live-canada-and-security-state>

que trabalha em prol da liberdade de expressão jornalística, e ter o intuito de se tornar uma referência internacional, indica o quanto o episódio se tornou relevante para a causa. Há um duplo significado em associá-lo à ideia da liberdade ou afirmação da expressão jornalística.

Em primeiro lugar, a natureza do seu conteúdo constitui um desafio à liberdade de expressão: como pode o jornalismo se desenvolver plenamente sob permanente vigilância? Em 5 de fevereiro de 2015, o Tow Center for Digital Journalism, da Universidade de Colúmbia, promoveu em Washington o encontro final da série *Journalism after Snowden*, que vinha desenvolvendo há um ano. O evento reuniu, entre outros, os editores-chefes dos jornais *The New York Times*, *The Washington Post* e do site *Politico*.

Uma das principais conclusões de Colúmbia aponta para a necessidade de os jornalistas e suas organizações se aparelharem cada vez mais para o uso da criptografia. Não por acaso é com referência à necessidade de segurança da informação que o jornalista americano Glenn Greenwald abre seu livro *Sem lugar para se esconder* (2014), sobre seu trabalho no caso: no fim de 2012, em sua casa no Rio de Janeiro, ele recebeu o pedido insistente de um desconhecido que se apresentava como Cincinnatus, para que instalasse em seu computador programas de segurança a fim de conversarem.

No entanto, mais importante ainda para os jornalistas que o alerta sobre a segurança, por si relevante, foi a maneira como ocorreu a cobertura, enquanto incidente crítico que reconfigura a autoridade jornalística. Esse processo inclui as narrativas memoráveis dos jornalistas ou *retellings*, nos termos de Zelizer. Foi pelo modo como se deu a cobertura, e como esta se constituiu pelos diferentes relatos posteriores, que o caso se tornou simbólico para organizações como o Canadian Journalists for Free Expression ou para a Universidade de Colúmbia.

Os diferentes sentidos da expressão “after Snowden”, presente no estudo da universidade americana no que se refere ao jornalismo e no título do livro do sociólogo David Lyon, *Surveillance after Snowden*

(2015), indicam o quanto o episódio se tornou um marco, a ponto de se falar de um antes e um depois. Para Lyon, que pesquisa há cerca de 30 anos questões de vigilância, Snowden também propicia a afirmação de sua linha de pesquisa<sup>2</sup>.

Numa época em que a coleta e a estocagem de dados é cada vez mais praticada por governos, Snowden (e com ele o jornalismo) toca no cerne do poder. Os diferentes prêmios recebidos pelos profissionais envolvidos na cobertura – Gleenwald se tornou o primeiro estrangeiro a ganhar o Prêmio Esso no Brasil<sup>3</sup>, passando a integrar a história do jornalismo brasileiro – são indícios de quais personagens detêm as versões memoráveis. Confrontos de versões, que envolvem especialistas em segurança e jornalistas, novos tipos de profissionais (como Greenwald, advogado de formação e inicialmente blogueiro) e aqueles mais tradicionais, formam a colcha de retalhos que propicia a construção de narrativas dominantes (ZELIZER, 1992, p. 31).

A análise de Zelizer sobre os relatos do assassinato de John F. Kennedy, desde o primeiro impacto até os desdobramentos 30 anos depois, mostra como as versões jornalísticas disputam entre si para se impor como dominantes. Também concorrem com as de outros grupos profissionais, como de pensadores independentes e historiadores. O estudo sobre a morte trágica de Kennedy torna-se, assim, “um exemplo estrategicamente escolhido” (p. 11) para observar a presença da autoridade jornalística. “Os padrões de autoridade pelos quais a história do assassinato foi recontada podem funcionar como protótipo para o estudo de diferentes relatos (*retellings*) realizados pela mídia a respeito de outros eventos” (idem). Este artigo se desenvolve nesse sentido.

A análise do caso Snowden enquanto incidente crítico toma

<sup>2</sup> Na edição de 2015 da conferência da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), realizada em Montreal, entre 12 e 16 de julho, Lyon proferiu palestra sobre vigilância. Lembrou seu pioneirismo nas pesquisas na área, sem abordar questões de jornalismo. Questionado sobre como via o jornalismo sob a perspectiva de Snowden, destacou a necessidade de os jornalistas trabalharem cada vez mais em colaboração com os cientistas sociais (de certa forma, sua fala evidencia uma disputa por autoridade no sentido aqui apresentado).

<sup>3</sup> A série de reportagens *Na mira dos EUA*, de José Casado, Roberto Kaz e Glenn Greenwald, publicada entre 7 e 9 de julho de 2013, rendeu ao jornal *O Globo* o Prêmio Esso de Reportagem daquele ano.

como base os livros *Sem lugar para se esconder* (2014), de Glenn Greenwald, e *The Snowden Files* (2014)<sup>4</sup>, de Luke Harding, publicado na Grã-Bretanha pelo jornal *The Guardian*, além do filme *Citizenfour*, de Laura Poitras, e de depoimentos de Barton Gellman, o jornalista do *Washington Post* que também obteve em primeira mão acesso aos documentos. Gellman e Greenwald ganharam o Pulitzer por sua cobertura do caso.

Há uma quantidade muito maior de material que poderia ser analisada, algo impossível neste espaço. Além disso, muito ainda se escreverá e produzirá a respeito. No fim deste ano, está previsto o lançamento do filme *Snowden*, de Oliver Stone<sup>5</sup>. Não deixa de ser outro ponto de contato com o trabalho de Zelizer, que dedica em seu estudo muitas páginas a *JFK*, do mesmo diretor. Lançado quase 30 anos depois do assassinato, a película renovou o debate e as disputas por autoridade interpretativa. A ironia dos tempos é que agora a reconstituição ficcional no cinema chega apenas dois anos depois, sinal de aceleração ainda maior na circulação da cultura.

Antes da análise dos *retellings*, entretanto, deve-se observar o que se entende por memória, especialmente a função da mídia na composição de tramas do passado. A perspectiva do incidente crítico evidencia o papel do jornalismo na construção do processo histórico.

## Mídia e amnésia

A hipótese (utopia ou metáfora) do arquivo total, sem *delete* verdadeiramente possível, ganha novas conotações com Snowden. A espionagem seria o motor de construção desse arquivo, e não mais o medo do esquecimento. A ironia, expressa em afirmações como a de Huyssen – “a ideia do arquivo total faz os triunfalistas do ciberespaço abraçar fantasias globais à la McLuhan” (2003, p. 20) –, cede agora mais espaço à desconfiança.

O arquivamento, na lógica digital, é “a tradução do evento em

4 Há uma versão do livro para português, publicada também em 2014, cujos trechos destacamos.

5 Anunciado para o fim de 2015, o filme estreou no Brasil no fim de 2016.

informação cifrada e localizável dentro de um sistema” (COLOMBO, 1986, p. 18). A possibilidade da tradução em linguagem binária de cada fragmento de um banco de dados permite que todo aspecto do mundo seja “legível em caracteres alfanuméricos” (idem). Assim, os bancos de dados são “tendencial e essencialmente – arquivo do mundo, porque predispostos a recolher todo o seu devir, a lógica arquivística [...] prescinde de qualquer seleção a priori que não seja a da traduzibilidade” (p. 92). Nos anos 1980, Colombo havia escrito que “o mito da *clavis universalis*, da linguagem universal única, suscetível de exprimir toda e qualquer realidade, parece encontrar no universo eletrônico um surpreendente renascer, desta vez em função arquivística” (idem). Mas o triunfalismo que associava ao potencial do arquivo digital também cede lugar agora a algo mais sombrio.

A tradução, no arquivo digital, prescinde a função seletiva da memória: tudo pode ser armazenado. De acordo com Colombo, vive-se sob uma “obsessão social que detesta o esquecimento e remove o esquecido como uma inquietante prova da impossibilidade de um arquivamento totalizante” (p. 103). A compulsão por tudo guardar reforça a ideia de memória arquivística. As formas de obsessão mnemônica se sujeitam à lógica da cultura contemporânea, impregnando não só o processo de culturalização coletiva, mas a vida cotidiana, os modos de pensar, as convicções pessoais e de grupo.

Para Huyssen, o fim do século XX e início deste é marcado por culturas do “passado presente”, com o desejo por narrativas do passado e suas “re-criações, re-leituras, re-produções” (2003, p. 5), o que leva a uma “sedução do arquivo” como local privilegiado de preservação temporal e espacial. O “passado presente” opõe-se ao “futuro presente” do início do século XX, com suas promessas positivistas. Diante do ritmo cada vez mais acelerado de mudanças, que leva à compressão da percepção de tempo-espço, há um “boom de memória”. A mídia torna-se central: “Não podemos discutir a memória pessoal, geracional ou pública de forma separada da enorme influência da nova mídia como portadores de todas as formas de memória” (p. 18).

Antes que se possa associar tal ideia à noção de “lugar de memória” de Nora (1984), Huyssen estabelece um contraponto. Não seria possível imaginar a existência de lugares que possam funcionar como encarnações de uma memória sobrevivente, com sentido compensatório. Este seria um argumento conservador: em vez da ideia de perda contida no movimento de compensar, o importante seria reconhecer o deslocamento fundamental nas estruturas de sentimento, experiência e percepção que caracteriza o presente e se difunde pelo tecido social.

Se existe um evidente processo que chama de “musealização”, este é sugado no “cada vez mais veloz redemoinho de imagens, espetáculos e eventos e, portanto, está sempre em perigo de perder sua capacidade de garantir estabilidade cultural ao longo do tempo” (p. 24). A ideia de um passado seguro, que poderia explicar o presente e fornecer sentidos ao futuro, é assim constantemente posta em xeque. A relação entre memória e esquecimento, que se dá pelas mídias, muitas vezes ocorre por intermédio de memórias imaginadas, não vividas, fáceis de serem descartadas. Huyssen se pergunta se ao *boom* de memória não haveria um correspondente *boom* de esquecimento (p. 17).

No entanto, sem querer se associar ao que chama de pessimismo adorniano, contra a lógica da indústria cultural, ou otimismo benjaminiano em relação ao potencial da reprodutibilidade, Huyssen indica que o exercício da memória nem sempre banaliza o passado. Os casos variam de acordo com os contextos e as estratégias específicas de representação acionadas para cada um. Portanto, deve-se “discriminar entre práticas de memória” (p. 10), a fim de não sucumbir ao que chama de “hipertrofia da memória” ou “alegria da amnésia”.

Os “discursos de memória” teriam como função tornarem-se plataformas para imaginar futuros. Nessa perspectiva, está em jogo a compreensão sobre como amnésia e memória podem coexistir e se relacionar, ou seja, como a sociedade e os diferentes grupos sociais fazem a gestão da sua memória e do seu esquecimento. Há uma

indústria da nostalgia e da comemoração alimentada pela mídia, que engloba os meios jornalísticos.

Discriminar, tal como sugere Huyssen, as “práticas de memória” relacionadas ao jornalismo implica observar o sentido das práticas de memórias no grupo (o de jornalistas), que ao compartilharem experiências situam-se no âmbito da memória coletiva – Zelizer, em sua definição clássica para os jornalistas, define tal prática compartilhada pela expressão “comunidade interpretativa”. Para Huyssen, as concepções fundadoras de Halbwachs (1990) não seriam mais adequadas para lidar com a memória coletiva, pois apresentam formações relativamente estáveis de memórias sociais ou de grupos, sem dar conta das dinâmicas atuais da mídia e da temporalidade (2003, p. 17).

Hoje, teríamos políticas de memória cada vez mais fragmentadas, entre grupos étnicos ou sociais, a ponto de Huyssen duvidar se ainda seria possível haver formas consensuais de memória coletiva (idem). Diante dessa provável impossibilidade, ele pergunta – e talvez seja seu principal questionamento – se ainda há meios de garantir coesão social. “A memória da mídia sozinha não será suficiente, embora a mídia ocupe fatias cada vez mais maiores das percepções sociais e políticas do mundo” (idem).

Sua crítica ao trabalho pioneiro de Halbwachs se associa também à influência deste para a formulação de conceitos como o de “lugar de memória” de Nora (p. 96), no sentido de que esse lugar surgiria somente quando a memória coletiva perde sua força (para compensá-la, conforme vimos). No entanto, além de sua crítica à ideia de compensação, um segundo ponto de objeção a Nora – e que permite retomá-lo em outra chave – é sua ênfase na ideia de memória nacional. Isso porque Huyssen diz estar interessado nas interseções da dimensão global com aquela nacional ou local em seus movimentos de constituição de espaços de memória. Seu objetivo é a construção de um “campo expandido” (p. 97), que envolve ir além de limites pré-estabelecidos, tomando como ponto de partida a arte, mas também

a relação com a geografia, a política e os discursos traumáticos das próprias memórias a partir da perspectiva de Nora: “Nesse sentido, os lugares de memória hoje funcionam não apenas como um campo expandido mas como um campo alterado pela globalização” (idem).

A ideia de campo alterado pela globalização pode ser transposta ao jornalismo. “Numa era de domínios performativos cada vez mais misturados, de narrativas recicladas” (ZELIZER e TENENBOIM-WEINBLATT, 2014), em ambientes onde não é possível a localização clara num ponto do tempo e nos quais a informação parece vir de qualquer lugar, o jornalismo obedece a novos parâmetros temporais e espaciais. Há até pouco tempo, a própria atividade se mantinha fechada, “resistindo a ir além do tópico, do novo, do instantâneo” (idem), resistindo à reflexão, como estratégia para se manter distinta, como diz Zelizer, ou autônoma.

Compreender as relações entre jornalismo e memória torna-se importante não apenas para conhecer “as complexas nuances temporais” que envolvem a produção das notícias, como “o papel central do jornalismo como repositório primário da memória coletiva em toda sociedade na qual ele se encontra” (idem). Dessa forma, questiona-se a função do jornalismo na Modernidade. Para Zelizer, três palavras – gravação, armazenamento, recuperação (*recording, storage, retrieval*) – evidenciam a interconexão de práticas entre os dois campos (o da memória e o do jornalismo).

A invenção da imprensa permitiu à memória se relacionar mais diretamente com a materialidade. De seu lado, o jornalismo integrou na Modernidade “os valores positivistas da imparcialidade, do equilíbrio e da razão, opostos à ideia vigente de memória, como individual, fluida e incerta”, destaca Caldeira (2014) em resenha sobre a coletânea *Journalism and memory* co-organizada por Zelizer. Na Modernidade, segundo esta teórica americana, “onde a memória falhou, o jornalismo prevaleceu”.

Outra característica comum aos dois campos é a narratividade, cuja importância Halbwachs já destacava para a memória,

embora continue a haver poucos estudos cruzados a respeito. Ora, “desde pelo menos os anos 1980, o jornalismo é a instância que trabalha precisamente os objetos dos estudos de memória: testemunho, trauma, guerra, luto” (CALDEIRA, 2014). São objetos que têm a narratividade como matéria.

A respeito das narrativas do caso Snowden será preciso observar em que medida a disputa por autoridade interpretativa que ensejam os jornalistas – e que constitui um trabalho de constituição de memória coletiva – ainda poderia ser vista pelo viés de uma “comunidade interpretativa”, conceito utilizado por Zelizer para analisar os *retellings* da morte de Kennedy.

Lidar com a memória coletiva, destaca a autora, significa ampliar o debate para as instituições envolvidas nessas relações. “Na medida em que a política, o mercado, a educação, a religião começaram a figurar na transformação da lembrança individual para a coletiva, o jornalismo não fez parte disso” (ZELIZER, 2014).

## A 'fonte virgem'

Os *retellings* do caso Snowden evidenciam que se trata de um momento de disputa por autoridade interpretativa no ambiente de transição do jornalismo impresso para o das novas mídias.

Tecnologia é a palavra-chave em diferentes sentidos: a espionagem em ampla escala dos cidadãos só é possível devido aos recursos do digital. Portanto, a tecnologia, em última instância, forneceu o conteúdo das reportagens. Além disso, os jornalistas e os jornais travaram um duro corpo-a-corpo com a tecnologia. No início, para realizar os primeiros contatos com a fonte, que exigia criptografia; depois para entender os códigos dos documentos; por fim, para proteger os dados ainda não divulgados.

Foi ainda em torno da tecnologia que se deram as disputas de autoridade interpretativa. O caso Snowden reafirma o valor da atividade jornalística num momento em que esta se encontra desacreditada

diante das novas formas de circulação da informação propiciadas pela tecnologia. Não se trata de separar em lados distintos, preto no branco, diferentes tipos de jornalismo, mas de observar as passagens entre um e outro, suas idas e vindas, presentes nas narrativas de memória (*retellings*) sobre o caso, e que redefinem a prática.

No caso específico dos EUA, ainda, cumpriu a função de buscar restabelecer, em alguma medida, parâmetros de independência diante do Estado: o governo de Barack Obama vinha promovendo ingerências à ação de jornalistas<sup>6</sup>, numa continuidade e até aprofundamento de práticas iniciadas depois do 11 de Setembro – este outro “incidente crítico” de grande proporção para o jornalismo<sup>7</sup> e ao qual as ações de espionagem em larga escala se conectam. O caso Snowden também fez com que se demarcassem linhas de diferenciação entre o jornalismo americano e o britânico.

Em seu estudo clássico, Zelizer destaca que a morte de Kennedy propiciou à televisão, na época um meio de comunicação ainda novo, conquistar espaço diante do público. Os jornalistas televisivos conseguiram sobrepor sua voz, inclusive em detrimento do ideal do repórter investigativo, com destaque para valores como o da “testemunha ocular”. Fazer prevalecer sua versão era sinal de autoridade interpretativa, obtida na medida em que se consolidava a autoridade profissional. A tecnologia mostrou-se central nas disputas narrativas. Com Snowden, houve algo semelhante, mas em relação às mídias digitais.

Busca-se analisar o que esteve em jogo nos primeiros momentos da cobertura. Marcar território na disputa de narrativas memoráveis foi algo que os personagens envolvidos viram como urgente. O fato de Laura Poitras ganhar o Oscar de 2015 e outros prêmios por *Citizenfour* (no qual Greenwald e a própria diretora são personagens destacados)

---

6 Greenwald e Harding destacam o momento difícil do jornalismo nos EUA na época em que Snowden deu à imprensa os documentos, como exemplificam os casos dos jornalistas da Associated Press que tiveram sua comunicação interceptada, na tentativa de localizar uma fonte, e do jornalista da Fox News, James Rosen, que “os advogados do governo diziam ser ‘cúmplice de conspiração’ nos delitos cometidos pela fonte, uma vez que ele obtivera material confidencial” (GREENWALD, 2014, p. 129).

7 Ver *Journalism After September 11* (2011), organizado por Zelizer e Stuart Allan.

fez com que obtivesse ampla atenção da mídia e se tornasse um importante documento sobre o caso.

*The Guardian*, de seu lado, realizou um trabalho intenso para publicar, em fevereiro de 2014, um alentado livro-reportagem a respeito. Escrita pelo jornalista da casa Luke Harding<sup>8</sup>, a obra, de cerca de 300 páginas, tornou-se uma narrativa importante para o roteiro do filme de Oliver Stone. Greenwald também escreveu sua versão. Diferentemente dos livros de oportunidade feitos a toque de caixa, nesses era preciso contar o quanto antes suas memórias para reforçar a competência e a autoridade.

Barton Gellman, do *Washington Post*, escreve para a Penguin um livro sobre questões de segurança<sup>9</sup>. A maneira como a obra poderá ser lançada, por uma editora importante, tem potencial para impacto no conjunto de *retellings*. Na internet é possível ter acesso a depoimentos seus sobre a cobertura. Professor visitante em universidades de prestígio nos EUA, Gellman costuma ser requisitado em espaços nobres para a formação da opinião pública americana. São lugares para os quais os jornalistas do *Guardian* talvez não sejam convidados com a mesma frequência. Sua autoridade é reforçada com o respaldo dessas instituições.

As primeiras tentativas de contato de Snowden com a imprensa começaram no fim de 2012. Greenwald foi o profissional escolhido por ele. Advogado de formação, autor de livros que abordam questões de vigilância pós-11 de Setembro, ele mantinha desde 2005 um blog sobre esses temas. Quando foi procurado por Snowden era colunista do *Guardian*. O fato de não se tratar de um jornalista tradicional teria sido um fator de confiança, conforme conta, "(...) para não recuar ante a pressões do governo e de seus muitos aliados na mídia e em outras áreas" (2014, p.11). Sua inserção no jornalismo se deu pelo exercício da opinião, e não pelo caminho mais comum da reportagem.

<sup>8</sup> Também autor, com David Leigh, de *Wikileaks: Inside Julian Assange's War on Secrecy*, igualmente editado pelo jornal *The Guardian*.

<sup>9</sup> *Dark Mirror: Edward Snowden and the American surveillance state* (Penguin), de Barton Gellman, com 400 páginas, tem lançamento previsto para 6 de junho de 2017.

Em várias ocasiões, Snowden explicou que desde o início desejava o envolvimento de Laura [Poitras] e o meu nas matérias, pois sabia que daríamos as notícias de forma agressiva, sem nos deixar intimidar por ameaças do governo. Citou muitas vezes o *New York Times* e outros veículos importantes que haviam segurado matérias grandes a pedido do governo. No entanto, embora desejasse uma divulgação agressiva, ele queria também jornalistas meticulosos, que levassem todo o tempo necessário para garantir que os fatos fossem imunes a qualquer ataque e que todas as matérias fossem conferidas de cima a baixo (p. 125).

No documentário de Laura Poitras, o nome de Barton Gellman não é citado: quem apenas vê o filme sem outras informações a respeito não ficará sabendo dos contatos de Snowden com o jornalista, antes ainda de o *Guardian* publicar a primeira reportagem a respeito, sobre o acordo do governo com a telefônica Verizon<sup>10</sup>. Não deixa de ser uma forma de apagar sua memória do caso. Gellman entrou na cobertura justamente por intermédio de Poitras, de quem foi colega na Universidade de Nova York (NYU) como conta nos depoimentos.

Diante da dificuldade inicial de contato com Greenwald – que não dera muita atenção à fonte Cincinnatus –, o agente terciarizado da NSA resolveu procurar Poitras, reconhecida por seus documentários críticos em relação à política internacional dos EUA<sup>11</sup>. Os passos da cineasta eram constantemente vigiados pelas autoridades. Snowden pediu sua ajuda para conseguir acesso a Greenwald, o que de fato aconteceu. Mas antes disso – e de viajarem juntos a Hong Kong para encontrá-lo – ela passou o material para Gellman, com quem a fonte começou a se comunicar sob o pseudônimo Verax.

O jornal americano entrou na cobertura do caso no dia 6 de junho, um dia depois do *Guardian*, com uma reportagem sobre o projeto PRISM, a respeito do acordo do governo dos EUA com empresas como Facebook, Google, Yahoo!, Skype (Microsoft), Apple para ter acesso

10 <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>

11 *My country, my country* (2006) e *The Oath* (2010).

direto aos dados e conteúdos dos usuários<sup>12</sup>. A reportagem, assinada por Gellman e Poitras – embora essa coautoria não seja citada nem por Greenwald nem Harding – foi publicada no site do jornal poucos minutos antes do horário que o *Guardian* havia estabelecido para pôr online sua segunda reportagem sobre o caso, igualmente a respeito do PRISM. Greenwald escrevia de Hong Kong, com o repórter do *Guardian* Ewen MacAskill. Harding apenas cita a reportagem do *Post*, mas Greenwald tece comentários a respeito:

Eu entendi, mas nunca concordei com os motivos que levaram Laura a envolver o *Post*. Para mim, a noção de que precisávamos do envolvimento da Washington oficial era o tipo de abordagem que eu desejava evitar: um comportamento excessivamente avesso ao risco, que respeitava as regras implícitas. Nós éramos tão jornalistas quanto qualquer profissional do *Post*, e entregar os documentos a eles para garantir nossa proteção significava, a meu ver, respaldar as mesmas premissas que estávamos tentando subverter (p. 134).

O próprio Gellman, nos seus depoimentos, reconhece que Snowden resistia à sua participação por ser ele um profissional da “mídia estabelecida”. Há motivos para supor que sem o “furo” do *Guardian* o *Washington Post* não teria se envolvido naquele momento. O jornal americano já dispunha de informações a respeito fazia alguns dias e poderia ter publicado antes a reportagem – adiamento que não agradou a Snowden. Além disso, Gellman se recusou a viajar a Hong Kong. Em seus depoimentos, ele chegou a dizer que não iria ajudar Snowden a pedir extradição num território hostil aos EUA, pois isso iria além de sua função de jornalista.

Greenwald, de seu lado, não teria hesitado em proteger a fonte no momento em que ela precisou deixar o hotel apinhado de jornalistas, segundo a versão do documentário. *Citizenfour* deixa entrever a tensão que envolveu a saída dele do hotel. Inclusive mostra um advogado (ou assessor jurídico) explicando a Snowden, ainda no local, como poderia transcorrer o processo de extradição. O filme também retrata outros

<sup>12</sup> [http://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3a0c0da8-cebf-11e2-8845-d970ccb04497\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3a0c0da8-cebf-11e2-8845-d970ccb04497_story.html)

advogados planejando criar um movimento para apoiá-lo, na medida em que sua ação se respaldaria no interesse público. O documentário seria um exemplo do que se chama em inglês *advocacy journalism*, em que o profissional, baseando-se em fatos, deixa clara sua perspectiva política e social.

Um dia antes da fuga, o *Guardian* havia publicado (no domingo, 9 de junho) reportagem revelando a identidade da fonte junto com um filme de 12 minutos editado por Poitras, no qual o jovem se apresentava<sup>13</sup>. Desde o início, ele surpreendeu os jornalistas ao dizer que não iria se esconder – porque não havia feito nada errado, conforme disse, e porque seria inútil, já que o governo o encontraria facilmente. Ele queria assumir sua responsabilidade, tornando-se um modelo para outras pessoas com a intenção de vazar informações, sem repetir erros de antecessores – o caso mais recente era o de Chelsea (Bradley) Manning que passou ao Wikileaks em 2010 milhares de documentos confidenciais do governo americano e foi condenada a 35 anos de prisão. Os documentos tornados públicos em Hong Kong eram ainda mais secretos.

Harding conta que Snowden teria brincado dizendo ser “uma fonte virgem” (2014, p. 189) por nunca ter dado entrevistas – nem no blog de sua namorada ele gostava de mostrar o rosto. Por “virgem”, ainda, acrescentamos o sentido de imaculado, uma fonte praticamente perfeita, pois, depois das desconfianças iniciais, os jornalistas chegaram à conclusão de que não era movido por interesses outros além dos que expunha, ou seja, promover o debate público e ficar em paz com sua consciência. Além disso, mostrava-se articulado e psicologicamente equilibrado.

No livro de Harding editado pelo *Guardian* há três tópicos a destacar no que se refere à afirmação da autoridade jornalística: 1) pela narrativa memorável, o jornal reitera seu compromisso em ter uma

<sup>13</sup> <http://www.theguardian.com/world/video/2013/jun/09/nsa-whistleblower-edward-snowden-interview-video>

atuação de vanguarda no novo cenário da mídia digital – a contratação de Greenwald como colunista é relacionada a essa atitude; 2) destaca-se uma postura mais independente em comparação com a imprensa americana (embora o jornal reconheça que a Primeira Emenda da Constituição americana seja uma importante salvaguarda, por isso optou ao longo da cobertura por fazer um acordo com o *New York Times*, para divulgarem as informações conjuntamente e protegerem o material das autoridades britânicas<sup>14</sup>); 3) valoriza-se a forma de trabalho jornalístico tradicional em detrimento de novas práticas. Sobre o primeiro tópico, vejamos:

Em agosto de 2012, Greenwald deixou o *Salon.com* e ingressou no *Guardian*, como colunista *freelancer*. Foi algo que veio a calhar. Alan Rusbridger, editor do jornal, vê o *Guardian* ocupando um espaço editorial diferente da maioria dos jornais americanos [...]. Mais do que a maioria dos veículos de mídia, o *Guardian* abraçou novas tecnologias digitais que mudaram radicalmente a antiga ordem (p. 79)..

Harding afirma que Greenwald “personifica o debate sobre o que significa ser jornalista no século XXI” (p. 87). Mas ele também observa que Greenwald não gosta de ser identificado como integrante do que tem sido chamado de Quinto Estado, o poder que emerge das novas formas de comunicação na internet, como blogs, redes sociais e ferramentas como Wikileaks. Sua resistência a essa ideia, conforme comenta Rusbridger no livro, em parte se deve ao fato de haver uma tendência à falta de proteção jurídica dos profissionais identificados com as novas mídias, que não são vistos como jornalistas genuínos. Inicialmente, no livro, associa-se a independência de Greenwald positivamente face ao sistema da imprensa americana. Mas sua forma de trabalhar foi retratada como oposta à do repórter do *Guardian* Ewen MacAskill.

MacAskill foi a Hong Kong por imposição do *Guardian* para se certificarem da idoneidade da fonte – a relação do jornal com

<sup>14</sup> Há dois momentos particularmente dramáticos nesse sentido: num deles, agentes do governo britânico vão à redação do *Guardian*, em Londres, e destroem com martelos o computador onde estariam armazenados os arquivos. Em outro, o brasileiro David Miranda, companheiro de Greenwald, é detido por horas no Aeroporto de Heathrow, sob a acusação de terrorismo.

Greenwald era recente e ainda não havia plena confiança entre as partes. Sobre este, pode-se ler: “Litigante por profissão, ele passou uma década trabalhando nas cortes federal e estadual. Filho de judeus, truculento, gay, radical e fervoroso quanto à liberdade civil, Greenwald encontrou voz na era Bush” (p. 77). Se pessoalmente é agradável, profissionalmente é uma “criatura diferente”: “antagonista, implacável, sarcástico e retórico. É incisivo e impiedoso no que considera hipocrisia oficial americana.” (p. 78).

Já o escocês MacAskill, então com 61 anos, repórter político, possuía “experiência e era profissional”, conforme destacou Harding. “Era calmo. Era infalivelmente modesto. Todos gostavam dele” (p. 100). O jornalista era um dos profissionais mais respeitados do *Guardian*: “Em uma carreira altamente considerada, nunca fez nada insidioso<sup>15</sup>” (p. 123). Somente no segundo dia em Hong Kong MacAskill conheceu a fonte e teria contribuído com uma apuração profissional:

As perguntas de Greenwald, no dia anterior, haviam sido as de um litigante verbalmente bombardeando uma testemunha duvidosa; o momento de revelação veio quando Snowden falou de quadrinhos e jogos.

MacAskill, em contraste, foi metódico e jornalístico, com seu estilo que complementava o de Greenwald. Ele perguntou a Snowden o básico. Podia mostrar o passaporte, dar o número de seu seguro social e carteira de habilitação? Qual era seu último endereço? Qual era seu salário? (p. 130)

Apesar desse retrato, Greenwald reivindica-se jornalista, tanto quanto qualquer profissional do *Washington Post*, e ainda mais independente que esses. O fato de Snowden querer jornalistas meticolosos, e ele escolheu Greenwald, explicaria por que o material não foi lançado na internet (como pelo Wikileaks). Se por um lado Greenwald critica padrões que considera viciados na relação da mídia com o poder, por outro, ao afirmar-se jornalista, reitera a importância da atividade a partir de critérios como independência, julgamento editorial e construção de narrativa.

<sup>15</sup> Em vez de “insidioso” usada para traduzir “devious”, sugerimos “duvidoso”, que pode expressar melhor a ideia do original. “Em uma carreira altamente considerada, ele nunca fez nada duvidoso”.

Ele [Snowden] também enfatizou que era vital publicar o material de maneira jornalística, ou seja, trabalhando com a mídia e escrevendo matérias que lhe proporcionassem contexto, em vez de apenas publicá-lo de uma vez só. Acreditava que essa abordagem fosse proporcionar uma proteção legal maior e, mais importante ainda, permitir ao público processar as revelações de modo muito mais ordenado e racional.

- Se eu quisesse os documentos simplesmente postos na internet todos de uma vez, poderia ter feito isso eu mesmo. Quero que vocês se certifiquem de que essas matérias serão escritas, uma a uma, de forma que as pessoas possam entender o que acontece de fato (GREENWALD, 2014, p. 124-5).

Diante de certa demora do *Guardian* em pôr no ar a reportagem, Greenwald chegou a aventar a possibilidade de abrir um site com todo o material. Voltou atrás ao ponderar que o peso institucional do jornal seria importante para sua segurança e credibilidade. Essa aliança – mesmo que Greenwald seja “uma criatura diferente” – fez com que se integrasse à “comunidade interpretativa” que estabeleceu a visão hegemônica do caso. Os prêmios são o sinal mais evidente.

Se não tivesse sido associado a esses padrões clássicos, e negociado com eles, talvez tivesse sucumbido ao mesmo tipo de tratamento que, na sua visão, a imprensa deu a Julian Assange, o criador do Wikileaks<sup>16</sup>. Greenwald lembra em seu livro que os mesmos jornais que obtiveram prestígio com a divulgação de documentos liberados pelo Wikileaks contribuíram para criar uma imagem negativa de Assange. Por não ser um jornalista tradicional, sem fortes laços com a mídia estabelecida, Greenwald temia ser alvo do mesmo tipo de caracterização negativa. No início, chegou a ser apresentado como blogueiro em vez de jornalista<sup>17</sup>.

Porém, ao contrário do que houve com o Wikileaks, dessa vez

<sup>16</sup> O Wikileaks é contraposto negativamente a valores do fazer jornalístico, como no caso em que divulgou o nome de pessoas que poderiam enfrentar riscos com o vazamento de dados sobre ações norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, apesar das tentativas dos jornalistas do *Guardian* de filtrar essas informações (HARDING, 2014, p. 192)

<sup>17</sup> O *New York Times*, embora não único, teria sido particularmente agressivo, mas Greenwald conta que depois os jornalistas envolvidos depois lhe pediram desculpas.

formou-se uma “comunidade interpretativa” que o incluiu – mesmo com restrições à sua forma de trabalho – e promoveu um processo de reconfiguração. Isso é o que determina o caso como “incidente crítico” para o jornalismo. A ideia de “comunidade interpretativa” se refere ao fato de que, diferentemente de outras categoriais profissionais, os jornalistas não possuem regras rígidas para guiar seu comportamento profissional. A ausência de limites de ação explicitamente definidos sugere um fundo de “autonomia criativa” (ZELIZER, 1992, p. 7).

Há um momento na cobertura possivelmente simbólico desse sentido de “autonomia criativa” que perpassa as instituições. Nos dez dias de intensa cobertura em Hong Kong, os três jornalistas, cada um com um *background* diferente – Poitras e sua relação controversa com o *Washington Post*; Greenwald e seu compromisso com a independência; MacAskill com a responsabilidade de profissional respeitado do *Guardian* – precisaram superar suas diferenças. Longe de seus respectivos ambientes profissionais, criaram um senso comum de urgência e camaradagem<sup>18</sup> em prol da informação jornalística, precisando improvisar quando necessário para cumprirem a missão diante da qual se viram lançados.

Esse núcleo, embora provisório, estabeleceu os laços a partir dos quais as principais histórias sobre o caso até o momento foram contadas, recriando fronteiras entre práticas profissionais antigas e novas. Destaca-se a instância do fazer profissional, valorizado nos discursos de memória de jornalistas. Ameaçado pela concorrência com o *Washington Post*, Greenwald pressentiu o que estava em jogo:

Nessa segunda noite em Hong Kong, porém, depois de nos encontrarmos, decidi que não seria o *Washington Post*, com seu discurso confuso e pró-governo, com seu medo e sua postura em cima do muro, que iria determinar para sempre a forma como a NSA e Snowden seriam compreendidos. Quem quer que desse aquela notícia pela primeira vez iria desempenhar o papel predominante na forma como ela seria debatida e entendida, e eu estava decidido a garantir que fôssemos eu e o *Guardian*. Para aquilo ter o efeito que deveria ter, as regras implícitas do jornalismo tradicional –

18 Greenwald e Harding descrevem esse ambiente que envolveu os três em Hong Kong.

criadas para diminuir o impacto das revelações e proteger o governo – precisavam ser quebradas, não obedecidas. O Post as obedeceria; eu, não. (p. 136-7)

## Falha da memória: considerações finais

Em tempos de banalização da informação, o caso Snowden traz novos elementos de consideração sobre as formas contemporâneas de atuação do jornalismo. Huyssen destaca o caráter fragmentário e descartável das memórias na contemporaneidade, a ponto de se perguntar se ainda haveria possibilidade de coesão social. Uma das funções da memória coletiva, compartilhada, seria promover coesão, que, no exemplo estudado, podemos associar à ideia de “comunidade interpretativa”.

Por meio de narrativas de memória os jornalistas reconhecem-se uns aos outros, privilegiando versões para balizar suas práticas, por sua vez construtoras de tramas de passado. O fato de os jornalistas usufruírem de projeção midiática facilita a circularidade desse processo. Assim se constitui a autoridade interpretativa, e a identidade do grupo.

No que se refere a Snowden, foi possível observar que o jornalismo dito tradicional precisou ampliar fronteiras de autodefinição para abarcar parâmetros de práticas do chamado *advocacy journalism* em voga nas mídias digitais, embora isso não tenha se dado sem resistência e desconfiança. Houve uma troca de credibilidade: a mídia estabelecida tomou algo emprestado da imagem de independência do profissional do digital, que, de seu lado, contou com o aparato institucional para ser menos vulnerável e ampliar a força das suas denúncias.

Mais do que o ideal do repórter investigativo, os valores da opinião relacionados ao *advocacy journalism* foram preponderantes no caso Snowden: deixar claro de que lugar se falava, com base nos fatos mostrados, mostrou-se fundamental. Assim, entre os valores jornalísticos da comunidade interpretativa nesse caso, sobressaem-se independência, julgamento editorial, construção de narrativa e de contextos de leitura.

Na perspectiva de Huyssen, entretanto, diante da fragmentação relacionada à aceleração temporal, deve-se observar o valor potencialmente efêmero, precário, dessa comunidade interpretativa. O jogo da memória com a mídia na contemporaneidade é marcado pela instabilidade, em processos contínuos de reconfiguração.

O modelo snowdiano mostra que, em última instância, diante da vigília permanente – com aparatos de espionagem funcionando sem cessar, cada vez mais potentes –, desloca-se o sentido do esquecimento diante do arquivamento. Tudo pode ser potencialmente recuperado. Em última instância, não há mais por que temer o esquecimento: as falhas da memória tornam-se acidentes de percurso. A hipertrofia da memória, temida por Huyssen, ganha também um sentido de subversão hacker. Em vez de temido, o esquecimento passa a ser até desejado, e mesmo reivindicado como direito.

Outro aspecto a ser levado em conta, a partir de Huyssen em sua releitura de Nora, é o de lugares de memória que funcionam “não apenas como um campo expandido mas como um campo alterado pela globalização” (p. 97). Se Huyssen se preocupa com a interação da dimensão global com a local – buscando superar a ideia de memória nacional cara a Nora – o caso Snowden evidencia e aprofunda o design desse trajeto: parte do global para o local e, mais ainda, para o individual, e vice-versa. Esse também seria trajeto do jornalismo: a partir do individual, atuando em nível local ou nacional, cada vez menos se pode abrir mão da negociação com o global<sup>19</sup>.

Essas dimensões evidenciam reconfigurações do jornalismo como repositório de memória nas sociedades onde ele se faz presente historicamente, no sentido proposto por Zelizer. Na Modernidade, segundo ela, o jornalismo prevaleceu onde a memória falhou. A memória era tida como incerta e fluida, enquanto o jornalismo era associado à objetividade, à imparcialidade, ao equilíbrio e à razão. Hoje,

<sup>19</sup> O próprio caso Snowden é sintomático das formas de trabalho na globalização. A reportagem envolveu lugares como Rio de Janeiro, Hawai (de onde Snowden começou a se comunicar com as fontes), Nova York, Washington, Londres, Berlim (onde Poitras se baseava) e Hong Kong – além de Moscou, onde Snowden obteve asilo político quando estava a caminho do Equador.

porém, a memória deixa de ser fluida para se tornar técnica, precisa, armazenada em arquivos totais, enquanto o jornalismo, de seu lado, cede à opinião, à instabilidade, à entropia, deixa de ser reconhecível com base em parâmetros fixos. Os termos trocam de significado em relação à maneira como foram classicamente definidos na Modernidade.

Se a memória não é mais a mesma, a “falha da memória” adquire novo significado. Não há falha por esquecimento, mas por problemas técnicos ou erro humano (voluntário ou involuntário). Ao estudar a natureza dos arquivos digitais, Colombo já detectava, há 30 anos, sua natureza imperfeita: apesar da sua promessa de totalidade, os arquivos são inevitavelmente imperfeitos, e a memória técnica revela-se no fim um espelho de enganos. Em que medida, hoje, a falha da memória seria a brecha para a atuação do jornalismo? Snowden representa a falha no sistema. Com ele, novamente se pode dizer, embora com as definições dos termos invertidas: lá onde a memória falhou, o jornalismo prevaleceu.

## Referências bibliográficas

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. Tradução do italiano de Beatriz Borges. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1991 [1986].

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Tradução do inglês de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro, Sextante: 2014.

HUYSSSEN, Andrea. **Present pasts**: Urban palimpsests and the politics of memory. – Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. – São Paulo: Vértice, 1990.

HARDING, Luke. **The Snowden Files**: The inside story of the world’s most wanted man. – Londres: Guardian Books, 2014.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden**: a história secreta do homem mais procurado do mundo. Tradução de Alice Klesck e Bruno Correia. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

McGREGOR, Susan. **Digital security and source protection for journalists**. Tow Center for Digital Journalism A Tow/ Knight Report. Columbia Journalism Center, 2015.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. **Entretenimento, felicidade e memória**: forças moventes do contemporâneo. Guararema, SP: Anadarco, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia (orgs.). **Mídia e memória**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body**: The Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

\_\_\_\_\_, TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (orgs.). **Journalism and memory** [ebook]. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.

\_\_\_\_\_, ALLAN, Stuart (orgs.). **Journalism after 11 September**. – Londres e Nova York: Routledge, 2011, segunda edição [2002].

CALDEIRA, Clara. Resenção: Journalism and memory, de ZELIZER, Barbie e TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (orgs.), in **Diffractions**: Vol 3, 2014.

Depoimentos selecionados de Barton Gellman:

<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/government-elections-politics/united-states-of-secrets/the-frontline-interview-barton-gellman/>

<http://www.npr.org/2013/09/11/221359323/reporter-had-to-decide-if-snowden-leaks-were-the-real-thing>; <https://www.youtube.com/watch?v=RzjDraZxLCE>

<https://www.youtube.com/watch?v=ltHsA8R0JsY>